



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA Nº 5/2018

SESSÃO ORDINÁRIA

19 DE DEZEMBRO DE 2018

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO:

2º SECRETÁRIO: José Fernando Amaro Esteves

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito pelas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. Regulamento da Biblioteca;**
- 3. CPCJ – Elementos designados pela Assembleia Municipal;**
- 4. Proposta – Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano de 2019;**
- 5. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2018;**
- 6. 6ª Revisão ao Orçamento/ 6ª Revisão às Grandes Opções do Plano (2018);**
- 7. Adjudicação do Empréstimo MLP no valor até 654.000,00€;**
- 8. Empréstimo a curto prazo – a contratar em 2019;**
- 9. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;**
- 10. TMDP – Taxa Municipal Direitos de Passagem no ano de 2019;**
- 11. IRS – Participação Variável – 2019;**
- 12. Derrama – a liquidar em 2019 referente ao ano económico 2018;**

Intervenção do Público

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Marta Tavares, Joaquim António Lopes Serras, José Fernando Amaro Esteves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Rui Manuel Lourenço Valente, César Filipe Gonçalves Marques, Maria Manuela da Conceição Ferreira, Vítor Júlio Outeiro Moraes, Francisco da Silva António, Luis António Rodrigues Salgueiro, Marcelo Serras, Miguel Alves, Paulo Pedro, António Fernandes, Jorge Pina. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Rosa, Pedro Duque e Carlos Duarte. -----

Não estiveram presentes os Senhores deputados Alcina Manuela, Aníbal Lobato e Anacleto Batista, os quais justificaram antecipadamente a sua falta. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte: "na bancada parlamentar do PSD em substituição da senhora Deputada Alcina Manuela está o Senhor Marcelo Serras, que penso que já não será a primeira vez que vem aqui substituir um deputado, com justificação de falta e, em função da renúncia do mandato do senhor deputado Fernando Vasco e conseqüente renúncia de mandato, também dos dois elementos seguintes da lista do PS, o Senhor Bruno Gaspar e o Senhor Fábio Navalho, tomou posse, a senhora professora Marta Tavares Gomes, bem-vinda novamente, já conhece os cantos da casa portanto é com prazer que a receberemos aqui novamente." -----

Disse ainda o Senhor Presidente da Assembleia "deu entrada um requerimento do Partido Socialista enviado pelo Senhor deputado e presidente junta Miguel Alves, que eu vou passar a ler, e que diz "venho por este meio solicitar à mesa da Assembleia que solicite os seguintes elementos ao Executivo Municipal, listagem da conta corrente do total do pagamento feito a todas associações do Concelho até hoje, dia 19 do 12 de 2018, na mesma deverá constar o montante financeiro já apago, o total do protocolo existente e deverá constar também se existiu algum apoio extra numerário, este pedido prende-se até para a minha aprendizagem quanto à forma como vai chegar a documentação, pois vai-me servir de modelo uma vez que a última assembleia de Freguesia esse pedido chegou à mesa da Assembleia por parte de um deputado do PSD."-----

Refere ainda o Senhor Presidente da Assembleia que "A mesa fez o que lhe cumpria que foi encaminhar para o executivo Camarário sendo que, como é óbvio, o que é aqui pedido é de muito difícil apreciação, porque implica uma série de procedimentos administrativos na câmara. Eu até respondi que lamentava só agora ter recebido Mas numa próxima assembleia teremos com certeza oportunidade de verificar toda esta informação e em função disso discutir essa questão." -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para acrescentar algo à questão do requerimento, o qual referiu "é só uma questão formal e também porque estamos todos em aprendizagem que serve para todos, a questão de um grupo parlamentar fazer um qualquer requerimento, é um direito legítimo, que tem como órgão fiscalizador do trabalho da Câmara Municipal, o que não quer dizer que, obrigatoriamente, seja assunto de debate nesta assembleia. Depende do teor do requerimento se há matéria política ou não para, sendo certo que, todo o conteúdo que vamos fazer está todo aprovado em reunião de Câmara, todos os pedidos, aqueles que são extra, são aprovados em reunião de Câmara e todos os outros têm enquadramento dentro daquilo que são os regulamentos

de apoio ao associativismo. Claro que vão ter que dar tempo aos serviços, porque não somos nós que vamos responder, está tudo devidamente documentado nos diferentes serviços em que estas coisas são tratadas, por isso, logo que tenhamos disponível remeteremos ao Senhor Presidente da Assembleia, para fazer chegar a todos os membros desta Assembleia.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse “queria referir uma situação que, enquanto Presidente da Assembleia e interessado, no sentido em que vou falar das associações, por acaso até sou presidente da mesa da assembleia-geral de uma destas associações, fui reeleito.” -----

Houve eleições na Filarmónica União Sardoalense e houve no fundo, uma manutenção da direção existente, com algumas alterações, do conselho fiscal, e da mesa da assembleia geral, mas, no fundo houve um voltar a dar confiança a uma associação que tem feito um trabalho, assim como outras associações do Concelho, um trabalho muito meritório, tão meritório que por unanimidade, na última reunião de Câmara, foi votado por unanimidade um voto de louvor e acho que inteiramente merecido, porque lá está, eu estou a falar um bocadinho em causa própria, mas faço-o com toda a vaidade, de facto tem tido um trabalho muito meritório, tem levado o nome do Sardoal longe, com um empenho muito, muito acentuado e que de facto, enche de orgulho quem participa e, também penso que todos os sardoalenses. -----

Queria também referir que a própria associação de pais tem uma nova direção e temos aqui elementos da anterior direção e da nova direção. É também uma associação importante na dinâmica da educação no concelho, de facto tem uma nova direção e, é importante perceber que as associações têm esta dinâmica, que se vão renovando e assim garantindo portanto, uma continuidade no trabalho, que é um trabalho necessário” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo “ sem prejuízo de uma segunda inscrição porque nesta fase queria falar só de um tema e, que tem a ver com a renuncia do Senhor deputado Fernando Vasco, que dedicou algum tempo da sua vida ao nosso concelho e seguramente vai continuar a dedicar mas, de uma outra forma, mas neste sentido e, não sabemos quais são as intenções do Senhor Fernando Vasco no futuro, mas ainda assim, achamos que é importante marcar este momento e de alguma forma propor, e foi isso que enviamos hoje, já um pouco se calhar, um pouco em cima da reunião, mas enviamos de facto uma proposta de um voto de agradecimento e reconhecimento que, se o Senhor Presidente permitir, eu leio é fácil de ler portanto, é uma proposta, a

ideia é de ser discutida, ainda pode ser melhorada com os contributos todos e depois será votado, se todos estiverem de acordo com a vontade e intenção de cada um.” -----

Continuou o Senhor deputado lendo o Voto de Reconhecimento que a seguir se transcreve: -----

“ Voto de agradecimento e reconhecimento

A Assembleia Municipal de Sardoal reunida em sessão ordinária realizada em que 15 de dezembro 2018 tendo tomado conhecimento da renúncia ao seu mandato pelo deputado Municipal, Fernando Casqueira Vasco e, tendo em consideração que o agora ex-deputado, exerceu funções de autarca neste concelho, desde 2005, que neste período de treze anos desempenhou as funções autárquicas de deputado municipal e vereador, que sempre colocou o seu profissionalismo e competências ao serviço da Assembleia Municipal, do Município e do Concelho de Sardoal, que o mesmo sempre pautou a sua conduta pela defesa dos interesses do Concelho de Sardoal, que foi autor e coautor de várias propostas de intervenção apresentadas, quer na Assembleia Municipal quer na Câmara Municipal, procurando sempre o benefício dos munícipes, principalmente os mais desfavorecidos, que esteve sempre disponível para colaborar com o movimento associativo do concelho, aprovou um voto de agradecimento e reconhecimento por todo o empenho e trabalho, realizados sempre em defesa do Concelho de Sardoal.

Vai ser lavrado o competente documento que será dado conhecimento ao próprio. “ -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António, dizendo “ eu mesmo sem ter conhecimento da proposta do Partido Socialista eu tenho, já tinha aqui também, uma intervenção preparada, exatamente para lamentar o facto de o Senhor Doutor Fernando Vasco deixar de fazer parte desta Assembleia Municipal, penso que por vontade própria e, lamento, porque na minha opinião, o Doutor Fernando Vasco faz falta nesta Assembleia, quer pela sua longa experiência como jurista, quer pelos conhecimentos que detém, em matérias que envolvem política, pese embora algumas vezes tenha tido algumas intervenções menos assertivas e menos bem conseguidas, outras aconteceram em que desempenhou um forte protagonismo, a função de oposição por parte do Partido Socialista nesta Assembleia, e fê-lo da melhor forma que sabia e podia. -----

Ao Doutor Fernando Vasco deixo o meu sincero desejo que a vida lhe continue a sorrir e tudo corra pelo melhor.” -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, dizendo “quero dizer que partilhei esta Assembleia assim como também a Câmara Municipal com o Senhor deputado, na altura era vereador, Fernando Vasco

como vereador do Partido Socialista, na oposição e, quero assinalar também, sempre a forma cordial como as coisas correram. É claro que muitas das vezes não estivemos de acordo, não só na substância mas também na forma, mas, de qualquer das formas eu não queria que este voto parecesse um adeus, por amor de Deus, o senhor doutor Fernando Vasco é homem jovem e que de certeza terá muito ainda para dar e, vai dar seguramente e brevemente a este concelho, é isso que nós desejamos das pessoas que trabalham em prol do concelho, sendo certo que é sempre de louvar quem tem disponibilidade para passar por esses lugares, seja em que partido for. Não é fácil, quando se está num Partido, o outro lado, as pessoas que não entendem muitas vezes a disponibilidade e a boa vontade com as pessoas que estão nestes lugares, por isso é sempre bom louvar, é sempre louvável, não só o Senhor doutor Fernando Vasco, mas todos aqueles que se disponibilizam e que tiram um pouco da sua vida familiar, um pouco, às vezes muito até, da sua vida privada, para lutar pelo bem da terra, pelo bem da região, muitas vezes sendo injustiçados e, muitas vezes, sendo obrigados a ouvir coisas que não gostam de ouvir, coisas que não ouviriam nunca na sua vida profissional, mas infelizmente parece que na política, as coisas podem valer mais, ou se tolera mais na política, aquilo que se tolera no dia-a-dia, o que é lamentável. Estou a dizer isto, porque todos nós que estamos aqui sentados somos alvo destas incompreensões e injustiças, que muitas vezes acontecem. Ainda hoje tive a oportunidade de estar na Assembleia da República com a Universidade Sénior e realmente, é de pensar aquilo que se está a passar no nosso país em relação à classe política. Eu não quero dizer que a classe política é má, o problema disto tudo, é que a notícia é o homem que mordeu o cão, e não o cão que mordeu o Homem, o que é notícia é assim. Eu conheço, conheci muita gente boa, mas muita gente muito boa, de todos os partidos políticos e conheço e tenho amigos no mundo dos partidos políticos e, eu lamento que a notícia que vai a lume muitas vezes é quando há um que falha, quando há um que faz uma asneira, como em todas as profissões. Há maus profissionais em todas as profissões, nos engenheiros, nos médicos, dos advogados, nos músicos, nos arquitetos, nos dentistas, há maus profissionais, só que, parece que quando a notícia é com um político, as coisas têm um peso, metendo todos no mesmo saco. Isso, nós que estamos aqui, que temos a nossa atividade política, temos que lutar como o Senhor vereador e como o Senhor Doutor Fernando Vasco sempre fez e vai continuar a fazer. ----- Aliás ainda hoje na Assembleia da República me perguntaram por ele e eu respondi, neste momento deve estar e muito bem passeando os netos o que é também muito importante.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo que “a minha opinião vem um bocadinho no sentido do que o Presidente disse, a discussão tem de ter sempre dois lados, a gente nunca consegue discutir com uma pessoa que tenha a mesma opinião que nós, e eu, objetivamente, sempre valorizei os meus adversários políticos, no sentido em que, tinham uma opinião diferente da minha e, por acaso, o doutor Fernando Vasco tinha quase sempre uma opinião diferente da minha, mas isso não tira nem um milímetro no respeito, enquanto pessoa, que eu tinha por ele, e tenho de facto. Aproveitando as palavras do Senhor Francisco António, em dizer que ele faz falta nesta Assembleia, porque nos dava aqui um cunho de política que era importante, até pela experiência que ele teve ao longo de toda a sua vida profissional na Assembleia da República e, sem dúvida, que que isso faz falta, esse sal que às vezes podia ser em demasia, ou dependendo do gosto que lá está, o quanto basta, uma coisa é uma coisa, o q.b. é uma coisa que depende de cada um, mas como é óbvio deixar aqui a minha palavra de agradecimento por todo o trabalho, que não é de um ou de dois anos e, muito honestamente para quem teve a trajetória política que ele teve aqui, eu prezo muito que, independentemente dos resultados menos bons, manteve-se, e isso é que é, não é ir embora, é a lutar pelas suas ideias e manter-se sempre na sua posição, independentemente dos resultados porque é naquilo que ele acredita e, é sobre isso que tem de se trabalhar e é essa a proposta que tem que fazer às pessoas, baseado naquilo em que acreditamos, portanto, daqui o meu cumprimento e o meu reconhecimento ao trabalho do Doutor Fernando Vasco. “ -----

A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o Voto de Reconhecimento ao Doutor Fernando Vasco. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, dizendo “só queria dizer aqui duas coisinhas, a primeiro era dar os parabéns à Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Sardoal, só hoje soube que já houve novas eleições, referir que estava muito bem entregue a presidência, pela nossa deputada Joana Ramos, tivemos relações muito boas, muito profícuas e as coisas funcionaram sempre muito bem. Também sei que está muito bem entregue, tenho muito boa conta o Bruno Dias da Costa e, julgo que irá a fazer um bom trabalho O meu colega Adérito, também sei agora que também faz parte, portanto as coisas vão correr certamente bem e, por outro lado referir também, dar os parabéns também, à Filarmónica União Sardoalense, pela eleição dos dezoito novos órgãos sociais que entraram agora, dezoito elementos e, dizer que também na segunda-feira, foi votado

um voto de louvor na Assembleia de Freguesia de Sardoal, que foi aprovado por unanimidade e dar os parabéns também à Filarmônica. “ -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos Referindo o seguinte” Eu queria dizer duas coisas, mas entretanto, quero dizer uma terceira, obrigada por ter referido que há uma Associação de Pais, se calhar há aqui e noutros sítios ela terá uma projeção diferente e, poderá fazer com que as pessoas se aproximem mais dela, que é um constrangimento que nós fomos sentindo e tentamos dar a volta e de alguma maneira conseguimos, mas há sempre muito trabalho a fazer e parabéns à FUS e à nova Associação de Pais. -----

A segunda coisa que queria dizer não é propriamente um voto de louvor, mas é lembrar que foi, está a ser feito um grande investimento de 150 000€ nas obras da Capela do Carmo, em virtude da construção do Centro de Interpretação da Semana Santa e isso é importante para nós, é um novo investimento numa linha de turismo religioso e que nós muito almejamos e que é importante para o Sardoal e, por outro lado claro, não posso deixar de dar aqui o devido valor a uma luta que temos tido já há muitos anos e que finalmente deu o seu pontapé de saída, há pouco tempo e, que são as obras da escola. Acho que a escola é um grande fator de atratividade, falo por mim, enquanto mãe, nós temos uma escola a funcionar, na minha opinião cada vez melhor, com a direção certa, o sentido certo, a festa a que eu assisti aqui, onde estavam os meus filhos, é um grande sinal de que esta escola está muito preocupada com valores que vão mais além do que os académicos e, isso para mim é muito importante, pessoalmente e civicamente e, portanto, isto, estas obras só podem melhorar e continuar a ser um fator de atratividade para o nosso concelho.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo “ o segundo assunto que queria falar e dei oportunidade à Senhora deputada Joana Ramos, porque ela participou e não sabia se ela queria referir, e era para falar da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, só para, resumidamente dar conta de que houve uma Assembleia Municipal, dia 26 de novembro, em Tomar, em que eu participei, já em substituição do Senhor deputado Fernando Vasco, com a Senhora deputada Joana Ramos e dar conta só, de que, nesta Assembleia foi aprovada a segunda alteração orçamental que visava, basicamente, ajustar um pouco os valores orçamentados para, como vamos fazer hoje aqui também, o grau de execução, estivesse adequado aos novos requisitos e foi aprovado também o orçamento para o próximo ano, portanto só dar mesmo este sinal.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente dizendo “ Eu trago uma pergunta de um munícipe que tem alguma dificuldade de mobilidade, é por essa razão que não está aqui, é uma pergunta, dirigida diretamente ao Senhor Presidente e a pergunta é a seguinte, qual a razão que ele residente no concelho só porque não é eleitor, não pode participar nas viagens promovidas pela autarquia, mas pode participar na universidade sénior e faz-lhe um bocadinho de confusão, é essa a pergunta que eu trazia” -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo o seguinte ” Senhor deputado Rui Valente, são critérios, as viagens de verão eventualmente com um acréscimo de pessoas fora do concelho, tem um acréscimo de custos, porque não estamos a falar de uma pessoa, estamos a falar dessa pessoa e eventualmente outros mais, que gostariam de vir, isso implicaria, eventualmente e porque não, se calhar, um maior número de viagens e um acréscimo de custos. A universidade sénior, não há acréscimo de custos universidade, porque não tem custos, porque os professores são todos voluntários, eventualmente quem dá aulas a dez, dá a mais um ou dois, ou a vinte, não é por aí, são critérios. Um, implica acréscimo de custos, porque o Senhor veja, se nas nossas viagens de séniores, pudessem ir outras pessoas que não do nosso concelho, tenho a certeza que muita gente viria. Agora na universidade sénior, as outras universidades, a de Abrantes, também recebe pessoas do Sardoal. O Regulamento das Universidades Séniores, não é um Regulamento da Câmara Municipal, é um Regulamento da Rutis, Rede de Universidades, que permite que assim seja. Agora, penso que é facilmente compreensível porque é que temos que fazer opções neste sentido.” -----

Interveio o Senhor deputado Rui Valente dizendo “ Eu lamento, o que essa pessoa faz, é que diz que, muitas vezes o autocarro nem sequer vai completo e que podia dar uma abertura a essas pessoas” ao que o Senhor Presidente respondeu ”Sim mas acha que era só essa pessoa, se calhar viriam muitos mais, vinham os primos, vinham os tios, vinham outros de fora. Aliás e posso dizer que, até nas viagens dos jovens há muitos anos era isso que acontecia e que realmente tivemos que limitar. Agora, nós temos conhecimento desse senhor, que não é nosso munícipe, se nós vamos dar hipótese a que outros participem nessas viagens, eu acredito que o problema não é só um, eu percebo mas o senhor também percebe que a gente tem que fazer com opções. Mas há algum impedimento dessa pessoa, pelos vistos até mora cá, não ser nosso munícipe, não poder mudar a residência para cá, é que se calhar temos de começar por aí, é que há pessoas que nos expõem esse problema mas não querem mudar a residência, então porque é que não mudam, porque é que não são eleitores cá, se calhar o princípio

pode ser esse, se calhar é completamente diferente ser eleitor cá ou ser eleitor noutro sítio, não podemos é ter sol na eira e chuva no nabal. Agora porque é que o senhor, se está cá, se mora cá, se é cá residente, porque é que não muda o cartão de residência, de eleitor para cá, é que nós recebemos transferências do estado pelo número de eleitores que temos, daí temos todo o interesse em que as pessoas sejam cá eleitores, para contribuírem também para o nosso orçamento. Há alguma razão que a pessoa tenha para não ser leitor cá” respondeu o senhor deputado “Senhor presidente não sei responder, levar-lhe-ei essa sua resposta e com certeza vou-lhe perguntar por que razão, porque ele deve ter alguma”, ao que o Senhor Presidente respondeu, “Claro, com certeza, antigamente havia a questão dos médicos, agora esse problema já não se põe felizmente. “ -----

Continuou o Senhor Presidente dizendo “Quero dar os parabéns à Associação de Pais, eu estava preocupado para ver se nós agora neste momento iríamos ter associação de estudantes, que não tínhamos há muito tempo e não iríamos ter Associação de Pais, felizmente que as coisas se compõem e é muito importante que assim seja porque são, tanto associação de pais como a associação de estudantes, fundamentais nos diferentes órgãos, não só pelo trabalho em si, mas é uma voz ativa no conselho geral de educação no conselho geral dos diferentes órgãos do agrupamento e na área da educação. -----

Em relação FUS permitam que fale num aspeto do qual e, perdoem-me a falta de isenção, acho que compreendem e que me perdoam a falta de isenção que eu tenho nesta matéria, porque sou músico, como sabem, fui maestro da filarmônica muitos anos, dez anos, tenho a minha família toda lá neste momento, só eu é que não, trocamos, vim eu para aqui e eles ficaram lá e, realmente, é de realçar o facto, no dia primeiro de dezembro, dezasseis jovens entre os 10 e os 14 anos tocarem pela primeira vez, não é nada fácil, isto é muito difícil, não são todas as coletividades todos os grupos musicais que conseguem num dia ou conseguem num ano pôr a tocar, pôr no corpo de banda principal, dezasseis jovens entre os 10 e os 14 anos. Isto é de louvar, o excelente trabalho que a filarmônica está a fazer neste sentido, porque está a contribuir para a educação dos jovens, para a formação cultural, para formação, por sua vez, de toda a nossa comunidade. É um trabalho, compreendam, é obra, mas é mesmo uma grande obra, que não é fácil.-----

Em relação ao que disse a Senhora deputada Joana Ramos, é verdade a escola nova, uma luta de nove anos, eu percebo que as pessoas possam duvidar, que tenham duvidado ao longo dos anos que que a escola um dia iria acontecer, mas foi a minha primeira reunião fora da Câmara, como autarca, era

eu vice-presidente, no Ministério da Educação, tentando sensibilizar os senhores daquele Ministério, da necessidade de uma escola nova, porque já nessa altura no ano anterior, tinha sido feito um levantamento de necessidades na ordem de 1,6 milhões de euros de intervenção e volto a dizer, para que fique bem claro, a opção de uma escola nova e não a requalificação da que está, foi precisamente do Ministério porque o custo-benefício era muito reduzido, era muito pequeno, eles já tinha exemplos de outras escolas em que optaram por este, com modelo idêntico ao nosso, optaram pela requalificação e não por uma escola nova. As obras estão aí, como também as obras, como disse muito bem, da Capela Nossa Senhora do Carmo, 150000 €, é a primeira fase, é a fase da empreitada propriamente dita, da obra de construção civil e restauro e depois temos também, um outro valor, que é preciso acrescentar a este, de sensivelmente 150000 € na produção de conteúdos e de equipamentos para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso. Para informação permitam que vos diga que na próxima sexta-feira vou assinar um protocolo com o Senhor Secretário de Estado, um contrato-programa, com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, referente a uma candidatura que nós fizemos, a do programa Bem, Beneficiação de Equipamentos Municipais e, com este programa, fomos aprovados, no total 140 candidaturas, a nossa numa primeira fase ficou em terceiro lugar mas ficamos nos dez primeiros, uma requalificação das piscinas, da piscina municipal descoberta, recorde que desde a sua construção nunca foram feitas obras e está a precisar, nomeadamente a nível dos balneários, a nível de eficiência energética, ou o uso dos recursos eficientes, os recursos hídricos, nomeadamente nas perdas de água, a renovação de equipamento vai ser um investimento de cerca de 300000€, um investimento total e outros mais viram. É curioso, Portugal 2020, Portugal 1420, estamos em 2018 quase em 2019 e agora é que as coisas estão a aparecer em força. Posso dizer que também temos aprovado a requalificação, há só aqui um pormenor, depois podemos falar sobre isso, a requalificação do Mercado Diário, uma obra também no valor de 100000 € e outras mais, que estão em aprovação, o caso da Lapa na zona de lazer da Lapa, bom são várias, agora nos próximos 2 anos vai tudo aparecer ao mesmo tempo mas estamos cá para isso ainda bem.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Vítor Morais que referiu o seguinte “queria aqui perguntar ao Senhor Presidente da Câmara sobre a alteração do mapa de pessoal 2018, que nós aprovamos em abril deste ano, por causa do regulamento, da regulamentação dos vínculos precários, ficou aprovado quarenta e três lugares, seis dos quais para os bombeiros, destes seis lugares tenho conhecimento que

só entraram cinco, até neste último concurso que houve, concorreram três elementos, só entrou um os outros também ficaram classificados mas a vaga foi só para um, queria interrogar se entram só cinco, se ficam só cinco, se é os seis como estava contemplado na alteração do mapa.” -----

O Senhor Presidente respondeu o seguinte “ julgo que o senhor está a falar de coisas diferentes, os vínculos precários têm várias tipologias, uma era por exemplo, de trabalhadores que estavam com determinado contrato, outros que estavam em outsourcing, outros a recibo verde e, outros em contrato emprego-inserção. Isso que o Senhor se está a referir, que entrou um, eu julgo que foi os contratos emprego-inserção, três pessoas, havia três ou quatro pessoas que se podiam candidatar para o único lugar que nós podíamos abrir, que era aquele que estava ocupado naquele período de tempo, então esse entrou, depois os outros, nós tínhamos cinco lugares, que eram os contratos, tínhamos cinco pessoas a ocupar esses lugares, um deles que rescindiu o contrato a determinada altura, mas estava em condições de concorrer, não concorreu, ou seja, foram quatro lugares para ocupar, ou seja, haveria cinco pessoas que poderiam concorrer a esta entrada, porque estávamos a falar da contratação de pessoas que já tinha um contrato com a Câmara, essa entrada era praticamente direta, mas dos cinco, só concorreram quatro e dos outros lugares só era possível um, porque estamos a falar contratos emprego-inserção, só um é que podia ser aberto, aquela vaga, e houve na verdade três concursos, trinta e três candidatos. Agora o que eu lhe posso dizer em relação a isto era, por opção do município e garanto-lhe que nem todos os municípios fizeram isto e muitos até foram muito diferentes. Estes lugares que nós abrimos, foram todos por opção nossa, nada na lei nos obriga a abrir estes lugares. A lei diz sim, que devemos abrir dentro destes limites e nós, porque queremos fixar pessoas ao nosso concelho, porque as pessoas nos fazem falta, então bombeiros, como o Senhor sabe, porque há na verdade pessoas que estão em situação de precaridade há muitos anos, era importante que fosse resolvido, por opção nossa, nós decidimos abrir todos os lugares possíveis e fizemo-lo, que fique bem claro, houve municípios que nem um terço dos lugares abriram, aliás o senhor Primeiro-Ministro até já na Assembleia da República aqui há tempos, em resposta a uma bancada, disse que ia ver o que é que era, porque, se a determinada altura da vida fizeram falta a diferentes entidades, então agora que é para os por já não os põem, há aqui qualquer coisa que está a ser falseado. De qualquer das formas eu posso-lhe dizer que que está previsto a continuação de contratação de mais bombeiros, assim como os outros lugares, por isso que fique bem claro, só havia possibilidade de abrir para aquele tipologia, cinco lugares, àqueles cinco lugares só podiam concorrer aquelas cinco pessoas, e só concorreram quatro

para outro, contratos emprego-inserção, porque naquele período de tempo só havia um lugar ocupado, só podíamos abrir um lugar, mas havia pessoas porque o horizonte temporal da possibilidade da candidatura era muito maior, havia três pessoas com possibilidade de se candidatar para um lugar, só de vaga.” -----

O Senhor deputado referiu “obrigado pela informação mas achamos estranho a nível do corpo bombeiros e, alguns elementos acharam estranho, por causa que foi aprovado os cinco lugares, não havia na tipologia do coiso, não está nada escrito nesse sentido por isso é que, como era só os precários que estavam englobados. A explicação foi dada, obrigado.” -----

O Senhor Presidente tomou a palavra dizendo “eu também posso achar estranho, sendo eu o responsável máximo da Proteção Civil e dos Bombeiros Municipais, essa questão nunca me ter sido posta, a não ser agora pela Assembleia Municipal e, fez muito bem, o que eu lamento é que os bombeiros que tinham essa dúvida não se tenham dirigido ao Presidente da Câmara e perguntar o porquê, mas fez muito bem em ter feito a pergunta, agora eu lamento é que as pessoas não a tenham feito, que teriam sido já esclarecidas há muito mais tempo, mas é isso, mais nada.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “ultima intervenção nesta fase e até para falar um pouco em nome da nova direção da Associação de Pais só para dizer que, enfim, sou só um membro de direção, não sou sequer presidente da Direção, mas que só hoje, enfim, o tempo demorou a fazer a ata, a recolha de assinaturas, só hoje começamos a formalizar as alterações devidas e portanto, oportunamente a direção irá a pedir reuniões às várias entidades municipais para apresentar os novos corpos sociais e para cumprimentos pelo menos. “-----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos para referir o seguinte “só queria dizer que parece que estamos aqui a voltar atrás e à frente mas é muito importante a informação que o deputado Aderito deu sobre a Comunidade Intermunicipal e relembrar só, que é uma comunidade que trabalha com todos os municípios e também supramunicipalmente, podemos dizer assim acho eu, e que tem um fundo aprovado para o desenvolvimento e coesão territorial de 48 milhões de euros, portanto estamos a falar de muita ajuda. Também falámos um pouco além da aprovação que é a nossa função ali, sobre os investimentos e as linhas de ação de cada município, no fundo naquela luta que todos temos, naquela cruzada pelo interior e, desse ponto de vista, é uma assembleia muito importante porque há uma grande verba em jogo, certo que são muitas, tem muito a ver com candidaturas e com processos muito complexos, mas é sempre bom sabermos de que número é que estamos a falar em termos regionais.”--

Período Antes da Ordem do Dia

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo “só realmente referir aqui nesta questão, eu penso que a informação é clara, a diminuição da dívida podia ser maior, estamos em 179 mil euros, podia ser superior e só não é, por uma questão muito simples, porque entraram faturas, no caso de um carro de bombeiros, 15 mil euros, no caso das piscinas cobertas, das obras das piscinas cobertas, são 54000 € e também do wireless são 50000 €, são obras que vão ser financiadas, entraram as faturas para pagamento mas ainda não entrou financiamento, daí estes 179000 € poderá crescer, acerca de mais 100000 €, ou seja, seria uma diminuição de dívida de 279000 €”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou “ qual é a obra que esta a ser feita na piscina coberta” ao que o Senhor Presidente respondeu que “foi de eficiência energética, uma máquina chamada unidade de tratamentos, que tem a ver com os aquecimentos, da água, ambiental, uma unidade nova que faz com que o consumo seja muito menor em termos de energia, uma obra financiada por esses tais milhões que a Senhora deputada Joana Ramos fala, também, da Comunidade Intermunicipal.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo “ O Senhor Presidente da Assembleia há pouco já me disse, mas de facto, queria referir, a informação escrita do Presidente Câmara, é vasta é longa, ainda bem que o é, aponte aqui uma série de pontos. Esta documentação chegou-me hoje às 5:46 da manhã hoje, temos pouco tempo para ler, temos pouco tempo para verificar aqui algumas dúvidas, mesmo para falarmos entre nós e, queria que se possível fosse alterado pelo menos para o dia antes. Sobre a própria informação escrita do Presidente tenho aqui uma curiosidade, uma dúvida. Nos processos judiciais pendentes verifico no ponto número 3, que há aqui uma impugnação de atos administrativos onde o réu é o IFAP, o instituto financiamento agricultura e pescas e, onde o assunto diz, restituição de reembolso no valor de 70000 €, isto sobre uma ação do PRODER não é, e que o estado do processo, que é o início do procedimento para contratualização de uma garantia bancária em nome do IFAP, sendo uma garantia bancária em nome do IFAP, depreendo que alguma entidade bancária tem que, ou outra, tem que pagar os 70168€, se o município não conseguir suportar essa despesa, essa dívida. A minha questão, que eu pergunto é porquê, o que é que aconteceu aqui mal, no processo de defesa da floresta contra incêndios nesta operação 200273.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo “Esta é uma operação muito antiga e que nós achamos que nada correu mal e achamos que temos razão, mas há na verdade um conjunto de despesas não elegíveis, e estamos a falar de uma obra muito antiga, eu ainda não era Presidente de Câmara, quando foi feita esta candidatura é anterior, mas agora chegou-se a esta conclusão e o IFAP quer que a Câmara Municipal restituía o valor de 70000 €, tem a ver com trabalhos que foram feitos pelos nossos Sapadores, tem a ver com trabalhos que eles não consideram como despesa elegível depois de verificado mais tarde, e nós achamos que está tudo bem. Fazemos uma impugnação judicial é verdade, e porquê da garantia, só por uma razão muito simples, o processo está a decorrer já foi posta uma ação, para nos dar razão porque é que foi feita a garantia, porque sendo IFAP a entidade que financia também um conjunto de projetos no âmbito do PDR 2020, isto ainda era PRODER, o que acontece é que nós podemos lá ter o projeto aprovado e todo certinho só que está a vermelho porquê, porque existe um diferendo entre Câmara municipal e IFAP. Para que esse vermelho passe a verde e que não ponha em causa os projetos que nós temos e as candidaturas que temos e que sabemos que algumas delas estão aprovadas, esta é uma forma de fazermos com que as coisas se desbloqueiem enquanto o processo judicial administrativo está a decorrer.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo “Senhor Presidente eu não queria deixar passar mais esta informação do Senhor Presidente da Câmara, até porque eu recebi-a ontem, ainda durante o dia de ontem tive a oportunidade de a ler toda, é certo que tenho algum vagar para essas coisas mas li tudo, aquilo que não sabia, porque mais ou menos vou diariamente me inteirando daquilo que vai sendo a atividade, quer do Senhor Presidente quer dos seus pares e, acho que é justo, de inteira justiça salientar aqui, de facto, publicamente o trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos meses particularmente, isto tem sido uma autêntica maratona protagonizada da forma mais positiva possível, pois o Presidente, em muitos casos tenho visto, chegar um lado, tem que ir para o outro, se vai do outro lado para o outro, muitas vezes sem tempo útil para descansar, sem tempo para a família e claro pondo acima de tudo, os interesses do Concelho e do bem-estar dos munícipes, é isso que eu tenho verificado, é isso que eu vejo escrito por aí, na informação e é isso que me apraz registar. De qualquer das formas sei que não é possível incentivá-lo, mas também é o que me resta fazer, é incentiva-lo de facto para que continue juntamente com os seus pares a ser o mais ativo possível no sentido de se poder levar por diante todo aquele projeto que foi proposto aos Sardoalenses e pelo qual

os Sardoalenses confiaram em nós, portanto obrigado ao Presidente pelo excelente trabalho desenvolvido até aqui.”-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo o seguinte “ o que eu lamento em tudo isto é na verdade eu estava aqui a fazer as contas, nós falamos na centralização falamos em tudo isto, o que é certo, é que, em dezasseis dias eu tive que ir nove a Lisboa e uma Coimbra, só para tratar de assuntos relacionados com a Autarquia, quando na verdade era muito importante que esta não centralidade tivesse pés para andar porque na verdade, é um desgaste enorme e as coisas têm que ser feitas e nós temos que lá ir, porque lá é que está. Hoje vim de lá, amanhã vou para lá, depois de amanhã vou para lá, pronto, é lá que as coisas se fazem e ainda é lá que as coisas vão ser feitas, mas pronto, é assim, é só isso que eu lamento, é que na verdade não se pense numa verdadeira descentralização regionalização, chamem-lhe o que quiserem. Nós moramos no Sardoal, agora imagino os meus colegas de Melgaço, de Monção, de Faro, de Tavira, que têm de fazer a mesma coisa.”-----

2. Regulamento da Biblioteca;

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António dizendo “Não é talvez pelo facto de ser quadra natalícia, hoje a minha veia me prenda só para o lado dizer bem, ainda não cheguei a altura de pronto, de virar para o lado contrário, até porque já ando por aqui há muitos anos e não faz parte do meu ADN julgar o que quer que seja e, quem quer que seja, portanto quando tenho que falar a favor, falo a favor, quando tenho de facto, falar contra, falo contra como a minha consciência assim manda.

Relativamente a este ponto, eu não posso deixar de passar aqui esta oportunidade sem publicamente também expressar aqui o excelente trabalho que na minha opinião tem sido desenvolvido pela Biblioteca Municipal de Sardoal em prol da Cultura do concelho, sendo um dos elos estruturais muito importantes do Concelho, a biblioteca tem desempenhado da melhor forma toda uma ação que claramente a dignifica. Assim sendo quero aproveitar esta oportunidade e deixar aqui realçado e reconhecido tudo o que de muito positivo tem sido feito e deixar também, os meus parabéns a todas as pessoas envolvidas no exemplar funcionamento da biblioteca municipal.” -----

Considerando a alínea g), do nro1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal da Biblioteca, com dezassete votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

3. CPCJ – Elementos designados pela Assembleia Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que este ponto “trata dos elementos designados pela Assembleia Municipal para a CPCJ. A informação que receberam, basicamente diz que existem quatro elementos nomeados, designados pela Assembleia Municipal e, três desses elementos, portanto têm mandato até 2022. Existe um elemento que já não pode continuar porque o seu mandato findou em 2018 e não tem possibilidade de ser renovado portanto, tem que ser substituído. Portanto cabe-nos a nós, enquanto Assembleia Municipal propor um nome para compor esta lista e renovar, no fundo, renovar a nomeação destes elementos da CPCJ. Assim sendo a mesa da Assembleia para a substituição da professora Maria Jacinta Ramos Carvalho Grácio propõe que, e falamos com a pessoa em questão, que a senhora Soraia Mourato, passe a fazer, portanto foi o nome que nos pareceu correto, até porque se trata de uma pessoa que esteve ligada até há muito pouco tempo à parte da ação social da Câmara, CLDS, portanto através de um protocolo com Associação de Alcaravela, uma pessoa que está dentro do que é ação social da Câmara, é psicóloga, mestrada em psicologia, está neste momento a tirar um curso ligado, a situações de catástrofe, no fundo, tem um currículo e o know how que se enquadra nas necessidades desta Comissão, daí que a nossa proposta era juntar a esta lista, portanto, esse elemento e votarmos a lista e voltarmos a renovar, portanto a votar esta lista com a introdução desse elemento, esta é a nossa proposta.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal que referiu “eu também estou de saída por limitação de mandatos. É assim, por limitação de mandatos, é necessário substituir a professora Jacinta, todos os outros elementos foram consultados e, todos eles manifestaram a disponibilidade em continuar.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo “eu acompanhei algum trabalho da Soraia, mesmo no CLDS, nas reuniões de Conselho Local de Ação Social e parece uma pessoa, não quero influenciar ninguém, até porque o voto é secreto, mas parece uma pessoa com capacidade e até por que acompanhou também Universidade Sénior, agora ao longo destes últimos anos, nestes últimos dois anos e, acho que sim acho que a escolha foi acertada.” -----

Considerando a alínea l) do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou, por maioria nomear os seguintes cidadãos eleitores para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal, Susana Maria dos Santos Lopes, Inês Margarida Fernandes Aparício, Luis António Alves Farinha, Soraia Daniela de Sousa Mourato, com dezasseis (16) votos a favor e uma (1) abstenção. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

4. Proposta – Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano de 2019;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Eu começaria precisamente pelos bombeiros do mapa de pessoal, está em questão aqui a abertura de três novos lugares, mais três lugares para o corpo de bombeiros. De qualquer das formas este é plano de atividades e orçamento que nós queremos ver executado nos próximos tempos, sendo certo que algumas das ações que aqui estão espelhadas são plurianuais, mas permitam que faça sobressair uma delas, é na verdade uma boa fatia deste orçamento, cerca de 3 milhões de euros, vai para a obra da escola, mas depois temos outras obras também, muitas delas que todos nós temos aqui a falado. Todos nós conhecemos bem o nosso território que não é um território assim tão grande, que não se conheça bem profundamente, todos nós sabemos quais são as necessidades, todos nós sabemos aquilo que queríamos e queremos para nosso concelho, muitas vezes, nós, que fazemos a gestão financeira destas nossas necessidades é que temos que assumir prioridades e, às vezes, as nossas prioridades não são as prioridades de outros e aí, agora, milagres não há. A manta é curta nós temos que gerir uma manta que é curta e então temos que dosear ao longo dos tempos aquilo que é as necessidades do nosso concelho. Mas permitam que vos diga que, por exemplo, o repavimento e saneamento da Cabeça das Mós, estamos a falar de uma obra de cerca de 314000 € que está aqui o orçamento, a zona de lazer da Lapa também 90500 € com 50% de financiamento, esta é uma das obras, Senhor deputado Miguel, que pode estar lá em vermelho porque é PDR 2020, outra que está lá em vermelho e que sabemos que já está aprovada é a requalificação do Mercado Diário e, o facto de fazermos esta garantia bancária, faz com que aquele vermelho passe a verde, eu pessoalmente preferia que fosse a azul, mas pronto, mas o senhor Presidente da Assembleia prefere a verde, mas isso são outras outras questões. Temos também, depois, por exemplo, medidas de acalmia de trânsito no valor de 15000€, temos também a aquisição de

novas viaturas para o município, porque o tempo de vida destas viaturas, muitas delas que nós temos, está a chegar ao fim e o custo que temos com sucessivos arranjos é grande e temos que ter ali a opção de custo-benefício, se vale a pena reparar aquelas ou, se vale a pena ou se é preciso, ou se é melhor adquirirmos outras novas, também o Parque de Autocaravanas 121500€, arranjos dos cemitérios 30000€, a zona industrial, a conclusão das obras da zona industrial de 40000€, o arranjo de aumento de pressão da água de Entrevinhas, que é algo que também nós temos aqui falado, também um plano de combate ao insucesso escolar o PEDIME, eficiência energética nas piscinas, como como já foi falado, entretanto entrou a fatura dos 15000€, a beneficiação energética dos prédios da Tapada da Torre, que temos aqui um valor de 459000€, uma comparticipação eventual de 73000€, são tudo candidaturas que nós temos que, atenção, estamos a falar de documentos previsionais, estamos a falar de uma previsão, é claro que depois a sua concretização não depende só de nós, depende também da forma como os fundos comunitários vão continuar a dar resposta, àquilo que são as nossas vontades, as nossas necessidades, sendo certo que há aqui algo que nós temos que pensar, é que de tudo isto, pelo menos 15%, o Município tem que ter e, 15% de muito dinheiro, muito dinheiro é. O que eu vos posso dizer é assim por alto, contas em termos de investimentos, há bocado quando foi falado do investimento no Médio Tejo, nos Investimentos Territoriais Integrados, o nosso município, dos treze do Médio Tejo, era o terceiro que tinha maior número de verba alocada. Posso-vos dizer que, contas, assim muito por alto, as coisas a correrem bem nos próximos dois anos, temos investimento público e privado no nosso concelho, que rondará, os próximos dois anos, correndo as coisas como nós gostaríamos que corresse, como nós estamos a trabalhar para que elas corram, temos um valor muito simpático da ordem de 10 milhões de euros. É claro que já está aqui também contemplado porque vai ter o início físico no próximo ano, a obra de Santiago de Montalegre que mais à frente iremos falar sobre elas, que são 646000 €.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António, referindo o seguinte” tive a oportunidade de ler atentamente toda a documentação, que atempadamente foi enviada, fiquei claramente satisfeito tanto com o conteúdo da mesma, de facto também fiquei feliz por verificar que desta vez houve a clara intenção de uma colaboração mais coerente por parte de todos os intervenientes na discussão dos documentos na Câmara, foi colocado acima de tudo, aliás foram colocados acima de tudo, os interesses do Concelho, contrariamente ao que tem acontecido no passado recente, em que alguém não votava favoravelmente, pura e simplesmente, só porque não. No entanto tenho que lamentar e

mais uma vez, ter verificado, que o conjunto de propostas e projetos apresentados e referenciados pelo Partido Socialista se confinam única e exclusivamente ao círculo Vila do Sardoal, Cabeça das Mós e Andreus, quase como esquecendo o resto do Concelho. Não tenho nada contra o Sardoal, a Cabeça das Mós ou contra o Andreus, mas penso que também havia necessidade de, se calhar na colaboração que deram à Câmara Municipal, à gestão da Câmara, a colaboração que deram, se calhar havia necessidade de incluir também outras áreas que não só estas, não sei bem porquê, mas pronto, quem apresentou de facto os próximos projetos lá saberá porquê. Mas deixemos agora de parte as pequenas questiúnculas e vamos lá então ao que interessa realmente, que é de facto mostrar a minha satisfação por verificar que o ano de 2019 vai ser um ano forte, de forte implementação na evolução das novas estruturas, com destaque, como já foi aqui dito pelo Senhor Presidente, para a requalificação da Escola Básica, Secundária entre outras grandes obras, que vêm por aí obras de valor e de grande interesse, o que nos leva a acreditar de facto, estar na presença de documentação séria embora sendo grande parte dela provisional, mas sério e responsável e que de facto, em minha opinião merece a nossa aprovação.” -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para dizer “ eu agradeço as suas palavras Senhor Francisco António, mas não posso concordar com a referência que o Senhor fez em relação aos Senhores vereadores do Partido Socialista. Não foi bem assim, não é assim como o Senhor disse. A discussão que nós tivemos, foi uma discussão a cinco, todos nós demos contributos e este orçamento que está aqui, estes documentos previsionais que estão aqui, são contributos de todos os cinco. Eu não consigo perceber como é que o Senhor teve essa informação, porque na verdade partimos de um ponto de partida em cima da mesa e, os projetos estavam lá e não valia a pena estar a duplicar. Agora eu não posso de forma nenhuma, concordar com as suas palavras, porque este orçamento foi completamente pacífico, porque todos nós concordamos com isto, está aqui à discussão, foi uma discussão foi pequena, não houve discussão, todos nós conhecemos por isso se me permite, como Presidente da Câmara e deste Executivo, este orçamento é feito por todos e de modo nenhum posso concordar quando o Senhor diz que os vereadores do Partido Socialista só deram esses contributos, eu não entendi assim não foi assim, e não é justo essas suas palavras para com eles.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António referindo “ é assim, eu tive cuidado dizer logo no princípio, estava satisfeito pelo facto de os trabalhos terem decorrido em conformidade com todos, mas das duas uma, o Senhor Presidente tem uma visão diferente da minha, o que é normal, somos

seres humanos diferentes, o que é certo é que, a declaração de voto do Partido Socialista, na ata da Camara Municipal de 31 de outubro de 2018, está lá a matéria toda que foi apresentada e vai de encontro aquilo que eu disse, porque o que está na declaração de voto do Partido Socialista, por quem eu tenho muito respeito e já disse que fiquei feliz de facto que tenham trabalhado em conjunto, mas o que é certo é que tenho aqui as propostas e os projetos bem designados e todos eles confirmam exatamente aquilo que eu disse.” -----

O Senhor Presidente respondeu que “ A declaração de voto, que é da responsabilidade só do Partido Socialista é uma coisa, mas aquilo que foi à reunião e aquilo que eu posso falar da reunião, foi uma discussão aberta sobre todos os assuntos e todos os senhores vereadores defenderam os interesses do concelho, é verdade que na declaração de voto os Senhores vereadores do Partido Socialista quiseram realçar alguns projetos, mas posso dizer que, parece que há aqui qualquer coisa ao contrário, parece que os estou a defender, mas pronto. Garanto-lhe que foi uma discussão, uma conversa saudável, todos nós estivemos de acordo, mas os senhores vereadores do PS quiseram realçar esses projetos. Eu como Presidente deste Executivo, as minhas incumbências é defender o executivo, faço-o aqui da mesma forma como faria noutras circunstâncias, como muitas vezes também estou contra.

Mas este orçamento que está aqui, é o orçamento do executivo municipal, composto por este cinco membros que aqui estão, e até me emocionei, acredite, na declaração de voto, porque é histórico, nunca aconteceu e é muito importante que nós possamos contribuir para a história do nosso concelho, até neste sentido. Agora a única dúvida que havia aqui era quem é que era o pai da criança isso era a discussão isso sim, quem é que falou primeiro nas obras da Lapa, fomos nós, alguém foi, quem é que falou primeiro nos prédios da Tapada da Torre, a única discussão que havia era, quem é que falou primeiro, mas pronto, como uma fotografia mostra que nós tiramos no 25 de Abril recentemente, estávamos todos em igualdade na meta, no ponto de partida. Por isso foi uma discussão boa, foram bons contributos. Aliás deixe-me que lhe diga que não foi a primeira vez que isto foi feito, quando nós discutimos o plano estratégico para o nosso Município, antecipadamente foi pedido os contributos, é um documento também muito importante quando nós discutimos a nova imagem para o município foi pedido os contributos de todos os cinco e tivemos a oportunidade de dar esses contributos e foi tudo aprovado por unanimidade.-----

É muito importante, às vezes, nós não imaginamos a importância que é chegarmos com um documento a um decisor externo e dizer, este documento foi aprovado por unanimidade, os sardoalenses estão

todos de acordo, reveem-se todos politicamente, as forças políticas reveem-se todas neste documento, tem um peso completamente diferente, se tudo pudermos fazer para que estes documentos estratégicos fundamentais, importantes para a vida de nosso concelho possam ter a discussão saudável, não quer dizer que estejamos todos de acordo, nós os três discutimos muito antes de chegar aos cinco, também discutimos os três e nem sempre estivemos de acordo e, muitas vezes em desacordo, ora, isto é democracia. Agora, se pudermos chegar a um consenso e todos os documentos estratégicos fundamentais para o nosso concelho possam ter esta força, de que todos nós possamos nos reconhecer neles, é muito, mas muito importante para o futuro de um concelho como o nosso, que é muito grande em termos de potencial, mas que tem as fragilidades que nós conhecemos e, a fragilidade maior, é por exemplo, a fragilidade económica. Mas já agora aproveito para dizer, porquê a fragilidade económica, porque também foi opção nossa, mantermos tudo aquilo que era taxas municipais, nós também optamos por fazer estes orçamentos, sem aumentar a água, sem aumentar os impostos municipais, optamos por fazer isso. É claro que, como eu disse há pouco, a manta é curta, é claro que também houve o compromisso que entre nós foi discutido, de reduzir nalgumas rubricas, vamos ter de trabalhar assim, isto é como nas nossas casas, se nós ganhamos x, só podemos gastar no máximo x, agora não podemos gastar x mais y e é muito, muito difícil porque também há terceiros que tem dívidas para connosco e também temos que contar com o dinheiro que não nos pagam. Mas deixem também que vos diga que por exemplo, há bocado falamos nos precários, mas o impacto que os precários têm no nosso orçamento, estamos a falar de quase 200000€, ou seja, nós tivemos que trabalhar um orçamento, à partida, com recursos humanos e espero que para o ano ninguém venha a dizer que a fatia dos trabalhadores do município é muito grande, porque estivemos todos de acordo quanto à entrada dos precários, por isso, só aqui, são 200000€, quase 200000€ de acréscimo em termos recursos humanos, é claro que para bem de todos, eu espero que o governo se decida em relação à aposentação e claro, que alguns passem para outra fase da sua vida, que seja a sua aposentação. Mas há aqui depois, reduções das despesas do dia-a-dia, nós temos um compromisso estou a falar documentos previsionais numa redução de 25% , se vamos conseguir, não sabemos. Não sabemos quantas avarias de viaturas vamos ter, não sabemos por exemplo, a Barragem da Lapa teve um problema na comporta 10000€, a loja do cidadão, tivemos que fazer alterações na estrutura, por causa daquela enxurrada grande que houve e com aumento do aquecimento global estas enxurradas são cada vez maiores e tivemos de fazer obras para que o escoamento das águas fosse feito, 20000€,

temos estes imponderáveis, não sabemos. Por isso depois também em sede de prestação de contas, as coisas são analisadas entre aquilo que nos propusemos e aquilo e aquilo que conseguimos fazer ou aquilo que nos foi permitido fazer. Por isso tudo, isto foi pensado, foi bem pensado, foi discutido.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “ Eu acho que o que faltou foi se calhar nos ser transmitida, se é que foi feita, a ata das reuniões que aconteceram antes desta reunião final de aprovação, porque daquilo que eu pude perceber pelos vereadores do PS, houve algumas conversas prévias onde tudo isso de facto, não digo todas as linhas, mais 99% das linhas se calhar foram analisadas pelos cinco e de facto se chegou à conclusão que foi.” -----

Refere o Senhor Presidente “ senhor deputado, nós reunimos quinzenalmente e conversamos as coisas e todos nós sabemos aquilo que o concelho precisa. Uma vez é o vereador x que diz, atenção que o concelho precisa disto, ok, fica, no próximo orçamento está lá. Ou seja, este trabalho não foi feito só naquele dia mas foi o culminar de um conjunto de reuniões que tivemos ao longo do ano e de sugestões que nós depois tínhamos obrigação de as por aqui e que estão, não foi tudo só naquele dia, porque algumas claro que já lá estavam, porquê, porque o Senhor vereador Pedro Rosa a determinada altura disse que precisávamos disto, noutra dia foi o Senhor vereador Carlos Duarte que deu essa sugestão, no outro dia o vereador Jorge Gaspar, no outro dia o vereador Pedro Duque. São sugestões que vão sendo feitas ao longo do ano, o levantamento questões que nós temos a obrigação depois de as colocar naquilo que é um instrumento fundamental de gestão do nosso concelho, que é o Plano de Atividades e Orçamento.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia dizendo “era bom que fosse assim tão simples mas a questão é o entendimento político que tem que haver sobre isso, felizmente esse entendimento político conseguiu encaixar-se no orçamento, mas o que está aí a dizer parece um bocadinho romântico.” -----

Continuou o Senhor deputado Aderito Garcia, dizendo “É verdade que a declaração de voto dos vereadores do Partido Socialista colocaram e que entenderam e o que acharam que de facto deveria ser enfatizado, não quer isto dizer como é óbvio que eles desvalorizem ou desconsiderem qualquer parte do concelho, seja na freguesia de Alcaravela, Montalegre, Valhascos ou do Sardoal, até porque, já ca andamos todos a falar todos há algum tempo, estamos todos a falar do mesmo do Concelho de Sardoal, não estamos a falar do concelho de Mação ou de Tomar, a realidade é a mesma para todos,

pode ter visões diferentes pode ter formas ou entendimentos de resolução diferentes, mas estamos a falar a mesma coisa. -----

Falando sobre o documento e sobre o processo, nem vou entrar em questões de quem foi quem fez a proposta para que se quisesse desta forma, não vamos entrar por aí, mas qualquer forma, saudar todo o Executivo, os cinco, por este resultado, é óbvio que os vereadores do PS ainda havia coisas que seguramente queriam ter acrescentado, os vereadores do PSD e o Senhor Presidente, seguramente havia outras coisas que também gostava de ter acrescentado, mas genericamente fazendo as coisas desta forma parece-me bem e parece-me que é a forma correta a bem de todos e, até colocando aqui as bandeiras partidárias um pouco de lado ou mesmo muito lado, parece parece-me bem. Ainda assim, Senhor Presidente, eu tive hoje algum tempo, pouco, para analisar o documento, eu tenho aqui duas ou três questões que gostava de chamar atenção, são coisas simples mas que acho que devem ser esclarecidas, na página 29 estamos a falar do orçamento, das receitas, capítulo 5, rendimentos de propriedade é indicado uma verba próxima de 980000€, eu presumo que se estejam a referir a rendas, porque estar classificada em outras, mas eventualmente seria mesmo rendas, página 29 "diz o Senhor Presidente "eu arriscar-me-ia a dizer que estamos falar da dívida que ainda têm para connosco, o exemplo da Barragem da Lapa, que é um valor substancial superior a 700 mil euros", ao que responde o Senhor deputado "este valor só me chamou a atenção porque estava classificado em outros."

Continuou o Senhor deputado "a segunda questão tem a ver com a água, temos previsto em receitas uma verba na ordem dos 264000€, na venda de bens e serviços correntes e o custo, a despesa associada é na ordem dos 305000€ portanto, estamos aqui com um déficit importante, queria que o Senhor Presidente confirmasse se é bem assim, é claro temos todos, temos consciência do que se tem passado com a tabela de preços da água, mas é para que estejamos todos, ou o Senhor Presidente confirma e, ficamos todos conscientes neste momento a confirmar-se teremos um déficit na ordem dos 40000€ em termos de água. A terceira questão e penúltima tem a ver com isto, já estamos na página 53, portanto, já estamos, já não sei se é o ppi, se o que é, estamos a falar no plano plurianual de investimentos e neste caso reporto-me ao projeto da escola, da escola nova, na linha que diz respeito ao equipamento, não temos verba prevista para o ano 2019, queria que nos confirmasse se é bem assim, porque aquilo que temos ouvido falar é que a construção, o trabalho vai ser feito, digamos, por fases e imaginei eu, imaginamos nós, que à medida que cada novo bloco for construído, ele será

equipado, portanto presumimos nós, que em 2019 haverá blocos completos e equipados, portanto ou seja, haveria que incluir despesa de equipamentos em 2019 é essa questão.-----

Só para terminar mesmo no fim na página 75, estamos a falar do mapa de pessoal, o quadro desta página refere-se a 2015/2016 seguramente deve ser um lapso. Só dizer que ainda assim genericamente entendemos que do ponto de vista social, digamos assim, no investimento de 11 milhões e qualquer coisa, retirando 3 milhões e meio para a escola, genericamente falando muito pela rama nos oito milhões e meio, achamos que podia ser feito mais alguma coisa em termos da parte social, mas vamos ver com o desenrolar do ano, o que é que se consegue fazer.”-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo “eu começaria precisamente pela área social, é claro que nós temos um trabalho social inquestionável, eu não tenho duvidas nenhuma e quem o diz, são aquelas pessoas a quem nós ajudamos, e temo-lo com um investimento que não é muito grande da parte do orçamento da autarquia, porque há parceiros, como aconteceu por exemplo com o CLDS, e como vai acontecer no próximo ano, porque vai haver um investimento no CLDS, de quatrocentos mil euros, contamos que no próximo ano, julgo que o aviso já saiu, se não saiu esta a sair por estes dias, do CLDS de quarta Geração, ou seja, há este valor que é feito no terreno, em articulação com o Conselho Local de Ação Social, que é presidido por mim, por isso nós vamos fazendo a nossa gestão de apoios sociais com aquilo que é o nosso orçamento, mas também com estes projetos que vamos tendo, que não estão diretamente relacionados com o município, mas que são investidos no nosso território, quem diz o CLDS diz também por exemplo a RDIS, por isso não há necessidade de colocarmos aqui um valor tão elevado no âmbito social porque esse valor que está sim na nossa rede existe na nossa rede, é por isso. Em relação às águas e ao défice de 40000€, eu julgava que o senhor iria acompanhar o seu comentário com uma proposta de atualização de tarifas, de forma a que não houvesse o prejuízo mas não, é claro que estamos a falar também, de perdas de água, perdas todos os municípios têm e estamos a trabalhar nesse sentido, estamos a trabalhar nesse sentido não só na monitorização, aliás os senhores se repararam andou aí há pouco tempo alguém a fazer umas cruzinhas aí no no chão, umas bolinhas umas cruzinhas, isso era a identificação fazer precisamente a monitorização das nossas redes, precisamente para um dos aspetos que é para combater as perdas de água, temos reduzido aquilo que são os autoconsumo e temos controlado aquilo que são os nossos autoconsumos, mas as perdas de água é complicado, em termos de saneamento também, porque nós

temos, por exemplo, muitas condutas onde desemboca por exemplo, as águas pluviais e depois à saída, sai como esgoto e está contabilizado como esgoto.-----

Aproveito para dizer, os senhores se calhar já ouviram falar nisso, que está em cima da mesa estamos a estudar, está a ser analisado e que na próxima assembleia as coisas a correrem como nós queremos que corram, a constituição de uma empresa intermunicipal, só constituída por municípios em capitais privados, precisamente para fazer a gestão em baixa, do saneamento básico, saneamento básico abastecimento de água e resíduos urbanos É importante que haja esta constituição de empresa para que possamos nos candidatar a fundos comunitários, precisamente para substituição de condutas para manutenção das Etas, das Etars, para isso, para nos candidatarmos a fundos comunitários tem de haver escala e nós sozinhos isolados não temos essa essa escala, daí Este trabalho estar a ser feito. É assumido esse valor, é mais numa numa vertente do que noutra, nos resíduos isso é o somatório, julgo que na água o prejuízo é maior mas nos resíduos é só a água, acho que o valor até está relativamente equilibrado, eu não tenho de cor acho que não vale a pena agora estarmos aqui a ver.” -----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos referindo “Eu não posso deixar também de me regozijar com essa leitura de consenso que foi feita deste consenso, que embora tenha um cariz romântico que eu também muito aprecio, não posso deixar de lembrar que se trata de um compromisso que responsabiliza cinco eleitos e é um compromisso no tempo e portanto é isso que se espera de vós, e eu também concordo com o consenso.” -----

Interveio o Senhor deputado Rui Valente que disse “Eu também queria congratular-me com a abertura que o executivo teve para com os vereadores do Partido Socialista, independentemente de ter havido ou não acordo, neste caso houve, mas poderia ter havido, mas foi um ato da vossa parte. Eu vi aqui muitos números já passaram muitos números também pela minha cabeça, nesta minha idade já não vão passar mais de certeza mas li algumas coisas aqui, uma única coisa que eu não vi foi a palavra Valhascos mas isso deve estar aqui alguma coisa escondida que me passou despercebido mas os meus parabéns.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo “Senhor deputado Rui Valente dê-me de repente uma sugestão, diga-me uma coisa que Valhascos precise, rápido, mais do que os outros, é como os outros, os outros também, os senhores em Valhascos quase que nem têm espaço para nascer uma erva, foram os primeiros contemplados, neste ciclo que nós fizemos a primeira freguesia a ser contemplada foi precisamente Valhascos e agora temos de ir às outras e depois, vamos a segunda volta. É claro que

o largo precisa, como precisa lá em baixo a praça nova, como precisam outros locais, agora, lá iremos, mas os senhores foram os primeiros a ser contemplados, vamos ter este projeto também no âmbito desportivo de requalificação dos balneários para isso.” -----

Disse ainda o Senhor deputado Rui Valente “ Só mais uma pergunta, já agora aproveitando a deixa, eu recordo-me que o Senhor Presidente há algum tempo atrás falou na substituição de toda a iluminação pública do concelho que estava prevista para final 2019, eu não sei se isto traz custos para a Autarquia, mas gostava de saber em que ponto é que está a situação, eu não gostava estar aqui a falar propriamente da freguesia dos Valhascos, eu fui eleito como mas já que ninguém fala, gostava de saber como está essa situação da substituição elétrica.” -----

Respondeu o Senhor Presidente o seguinte “até 2021 vai ser substituído tudo para leds, temos estado a fazer determinados sítios, determinadas zona, mas o compromisso é até 2021.” -----

Foi apresentada declaração de Voto pelo PS, cujo teor é o seguinte:-----

“DECLARAÇÃO DE VOTO

Exmo. Sr. Presidente,

Considerando o trabalho prévio realizado bem como a discussão em torno dos Documentos Previsionais – Orçamento para 2019, tanto na Câmara Municipal como na Assembleia Municipal, e que permitiram incluir no mesmo documento alguns projetos indicados através e pelos vereadores do PS, dos quais se destacam:

- Implementação do Orçamento Participativo, cujo processo de regulamentação e de candidatura se desenvolverá já a partir de 2019, com efeitos no Orçamento de 2020,*
 - A implementação das medidas em matéria de trânsito,*
 - A criação / melhoria do espaço de lazer na Zona da Barragem da Lapa e*
 - A substituição / manutenção de alguns equipamentos do Parque do Ribeiro Barato,*
- Que já constavam do documento preliminar, ou vieram a ser acolhidos.*

Considerando ainda os compromissos assumidos em sede de reunião de Câmara Municipal para o ano de 2019, nomeadamente:

- Desenvolvimento de diligências no sentido da identificação de uma solução para a urbanização em Andreus, e*
- Para a construção de novos espaços de estacionamento na Zona Histórica da Vila de Sardoal,*

Bem como as medidas inscritas nos mesmos documentos, ao nível dos compromissos de boa gestão, nomeadamente:

- A redução dos gastos em consumíveis na ordem dos 25%,*
- A redução dos encargos em promoção de espetáculos na ordem dos 18%,*
- A redução dos encargos em publicidade na ordem dos 10%,*
- A redução dos encargos em contratação por Outsourcing.*

E apesar de considerarmos que existe ainda disponibilidade orçamental para fazer crescer os apoios sociais aos mais desfavorecidos, e aos mais idosos, entenderam os Deputados Municipais do Partido Socialista votar favoravelmente / com abstenção os documentos previsionais.

Ainda assim, chamamos a atenção de que este voto não significa uma total concordância com os documentos, ou um “cheque em branco” que tudo pode permitir.

Antes pelo contrário, representa uma responsabilização redobrada sobre a Câmara Municipal no que concerne à execução dos projetos ali incluídos, bem como uma também redobrada atenção e acompanhamento pelos Vereadores e Deputados Municipais do PS sobre a aplicação e execução dos mesmos Documentos Previsionais para 2019.

Sardoal, 19 de dezembro de 2018

Os Deputados,” -----

Considerando a alínea a), do nro. 1 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar as Grandes Opções do Plano e de Orçamento para o ano de 2019, com dezassete (17) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

5. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2018;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo “Esta informação semestral é do revisor oficial de contas, alerta-nos para uma questão que nós temos por vezes, que é questão da tesouraria pronto, é aí que nós temos algumas dificuldades e é aí que vamos tentar ultrapassar, mas esta questão da tesouraria tem a ver também com os verbas que deviam entrar e que não entram em despesas que não eram previsíveis e que aconteceram como aquelas que eu referi há bocado, um conjunto de despesas, um conjunto de obras ou um conjunto de situações, como os carros que avariaram, como a

questão da comporta da Barragem da Lapa, como a questão da loja do cidadão e outras mais que vão aparecendo e, que nós temos que as resolver rapidamente e, isto as vezes cria-nos alguns problemas de tesouraria mas pronto, temos conseguido fazer esta gestão, gostaríamos que com um outro folego mas às vezes também há oportunidades que só aparecem uma vez, temos que nos direcionar muitas vezes e temos que fazer um esforço muitas vezes, em terminadas situações, como por exemplo alguns fundos comunitários. Sou-vos sincero, a questão da piscina agora, a requalificação da piscina, se puséssemos, se hierarquizássemos em termos daquilo que na verdade neste momento são as verdadeiras necessidades, se calhar não estaria no topo, mas temos esta oportunidade agora que se calhar nunca mais vamos voltar a ter ou não vamos voltar a tê-la nos próximos três quatro cinco ou seis anos, o que é certo é que, a piscina precisa, então temos que ir para ali. Isto às vezes provoca-nos alguns desconfortos, alguns incomodas porque também assumimos um conjunto de apoios sociais dos quais nós não podemos abdicar e falo por exemplo do programa Abem, rede solidária do medicamentos, com nenhum custo para o Município, o caso das refeições grátis para as crianças, é que às vezes há coisas que nós fazemos e que fazemos desde há 4 anos, desde que este executivo existe, que às vezes já nem nos lembramos que fomos nós que introduzimos, às vezes nem sequer nos lembramos que só nós é que temos, às vezes esquecemos que os vizinhos do lado não fazem o mesmo que nós fazemos, às vezes esquecemos que os vizinhos do lado não dão o apoio, por exemplo, que nós damos à escola e associações em termos de transporte como nós damos, ou seja está tão enraizados, está tudo adquirido que parece que isto não tem um custo, parece que não é preciso fazer contas ou parece que isto não é retirado do sítio onde nós temos que fazer outras coisas. A majoração por exemplo, em termos daquilo que são os apoios sociais na escola, fomos nós que introduzimos tudo isto só que agora as pessoas acham que não, às vezes até se pensa que que já era assim há muito tempo, que era assim há muitos anos mas não, fomos nós, faz parte do nosso orçamento, é matéria que nós temos que arranjar dinheiro ou temos que fazer opções, ou temos de tirar do outro lado para aqui, agora o mais fácil era fazer uma taxa de ocupação turística, o mais fácil era fazer o aumento das águas e não assumirmos esses 40000€ e era compreensível, o mais fácil, era fazermos aqui um conjunto de medidas ou de não continuarmos a dar o apoio que damos às associações, nós gostaríamos de dar mais, as associações gostariam de receber mais, mas nós achamos também que todos nós temos que contribuir para aquilo que é importante para o nosso concelho, que é o caso deste conjunto de obras fundamentais e estruturantes para que possamos com tempo, vir a ter mais receitas,

que possamos vir a ter outra qualidade de vida, possamos ter ainda outra capacidade para apoiar mais e melhor as associações, mas isto é um preço que não é o executivo que tem que pagar, é um preço que todos nós temos que pagar todos nós temos que contribuir para isto e, por exemplo no campo do associativismo aquilo que eu peço as associações é que, ponham-se no nosso lugar, digam o que é que vamos deixar de fazer para vos dar isto. A escola tem um custo enorme do nosso orçamento, é claro que estamos a falar de uma obra de quase, a escola é um grande encargo para o nosso orçamento mas alguém tem dúvidas que é fundamental para a nossa comunidade. Se falarmos na capela a capela Nossa Senhora do Carmo, é prioritário podíamos fazer outra coisa com aqueles 300000€ eventualmente poderíamos, mas este programa, este projeto vem para aqui, PARU, plano de ação de reabilitação urbana, só para os núcleos, para as áreas de reabilitação urbana perfeitamente definido, para os núcleos consolidados das Vilas. Nós, das duas uma, ou não fazemos e com isto não gastamos 15% é claro, poupávamos 15%, mas perdíamos duzentos mil, duzentos e cinquenta mil, então agora isto é um esforço que todos nós temos que fazer e depois, às vezes, é verdade há aqui questões de tesouraria que nós gostávamos de não ter que fazer aquilo fazemos todos os dias, contas, mas todos os dias fazemos contas e muitas contas e na altura do final do ano, fazemos duas vezes por dia, porque a manta é curta. Agora qual era a alternativa, não fazemos, não vale a pena, mas eu acho que o nosso concelho já deixou passar demais projetos e oportunidades em termos de fundos comunitários no Quadro 2020, no QREN, houve muitos projetos que nos passaram completamente ao lado. É verdade que se calhar algumas situações que nós agora estamos a fazer e que estamos agora a subir esse custo, que podiam estar resolvidas há mais tempo, o parque escolar, nós somos as poucas escolas da nossa região que não requalificou a escola. Temos de o fazer 600000€, como vêm aí com o nosso orçamento, sem fundos comunitários através da nossa capacidade de endividamento, para Santiago de Montalegre, como vamos fazer para o ano em Cabeça das Mós. O problema se põe, porquê em Santiago de Montalegre e não Cabeça das Mós, questões de valores e se começássemos primeiro em Cabeça das Mós, tínhamos as pessoas Santiago Montalegre aborrecidas connosco, se começássemos em Santiago de Montalegre, teríamos as pessoas de Cabeça das Mós. O nosso compromisso é, vamos fazer com uma gestão financeira rigorosa e às vezes no limite, e às vezes arriscada, mas a opção é esta, então mas se temos esta oportunidade de fazer isto agora provavelmente alguns avisos que nós fazemos agora não voltam tão depressa. O Mercado Diário, ele está assim há tantos anos, ninguém nos pediu para requalificar o Mercado Diário, ninguém nos disse

como às vezes se diz aqui, muito bem o pai da criança somos nós, aqui não há dúvida nenhuma, somos nós, ninguém nos pediu. Este Mercado Diário precisava de levar aqui uma volta até porque é verdade ele aguenta assim mais tempo, mas nós temos esta oportunidade agora, que se calhar nos próximos 10 anos não volta, ou seja temos financiamento agora, que se calhar nos próximos 10 anos não voltamos a ter, então o que é fazemos, temos que arriscar e até agora temos conseguido fazê-lo às vezes com estes problemas de tesouraria que são aqui referidos, que nenhum de nós gosta que assim seja, é uma dor de cabeça quando aparece uma avaria de um carro, o carro do lixo agora está avariado e vai para oficina e, nós não sabemos se aquilo é 1000€ ou 10 000€, é assim a nossa gestão do dia-a-dia. Agora uma coisa é certa, estamos a fazer.-----

A questão do equipamento, é verdade há uma cronologia da obra da escola e essa cronologia que é feita neste ano não vai ser necessária em 2019, não vai ser necessário equipamento, a obra tem preço construção, dois anos, a grande fatia do equipamento vai ser em 2020 e é nessa altura que vamos fazer. Preços, daqui a dois anos não sabemos quais são, também vamos aproveitar, há muito equipamento que hoje existe, que é reaproveitável e vamos aproveitá-lo e depois, no orçamento de 2020 é que vamos ter realmente esse investimento em equipamentos, até porque a obra está a nascer entre os dois pavilhões e vai continuar assim, o único espaço que é verdadeiramente prejudicado e que temos conseguido alternativa é a questão do ginásio.” -----

Intervio a Senhora deputada Joana Ramos referindo “Senhor Presidente acho que já ouvimos muitas vezes aqui falar sobre estas opções e, acho que faz bem em continuar a dizer, repetidamente que a manta é curta, porque de facto, todos nós sabemos que é, todas estas justificações que o Senhor tem vindo a dar são importantes para que as pessoas percebam a justificação das coisas. Quando eu falei há pouco, em responsabilidade dos cinco eleitos, o que quero dizer é que, apesar de termos a Assembleia que, no fundo fiscaliza e aprova todas estas coisas, vocês foram os cinco eleitos porque as pessoas tiveram confiança nas vossas opções e, é importante que esteja sempre em cima da mesa, para mim, a minha visão política, diz-me que a política é uma missão nobre e portanto, se vocês foram os votados com certeza que nós todos, como eleitores, depositamos em vós a confiança para fazer as melhores opções no tempo certo, ainda com alguns erros, algumas incorreções, mas que as oportunidades não sejam perdidas, para nós é um dado adquirido e obrigada para lembrar esse trabalho sempre.” -----

Referiu o Senhor Presidente “eu tenho uma visão romântica destas coisas, quando nós somos o executivo, o executivo é composto por cinco elementos, que por acaso fomos eleitos por partidos diferentes, quando chegar a altura da disputa política, há momentos para a disputa política partidária, mas nós temos um compromisso como disse, para quem nos elegeram, existem métodos democráticos, o método de Hondt, em que quem nos elegeram e quis que este executivo municipal tivesse esta cor, por isso nós somos cinco elementos de um. Primeiro fazemos parte do executivo Municipal e segundo, somos de partidos diferentes.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo “queria só fazer uma nota que gostava que o Senhor Presidente da Câmara fizesse chegar à empresa parceira da Câmara que faz este relatório, se repararmos na página sete, por exemplo, penúltimo parágrafo, isto é um preciosismo, mas, ao fim e ao cabo leva-nos a exigir algum profissionalismo de quem trabalha connosco, esta empresa refere-se a milhares com “ms” minúsculos e maiúsculos de uma variada forma, das duas uma, ou empresa adota uma nomenclatura portuguesa ou adota a nomenclatura internacional, porque quem lê este documento, quem está a ler estes documentos financeiros com valores grandes, por norma até está habituado à nomenclatura internacional que para os milhares utiliza-se o “m” maiúsculo. A empresa até pode adotar uma outra versão mas não podem, na mesma página, o mesmo parágrafo usar duas formas diferentes, eu escolhi este parágrafo porque, em quatro linhas temos várias variantes, foi exatamente por isso e isto é, eu sei que é um preciosismo, mas estão a ser pagos para fazer o trabalho e para fazer bem feito e, como eu dizia há muitos anos, e continuo a dizer, dá tanto trabalho fazer bem como fazer mal portanto, é só escolher a terminologia que querem utilizar e adotá-la mas duas não.”-----

Interviu o Senhor deputado Rui Valente referindo “é só fazer uma pergunta concreta ao Senhor Presidente, se de facto já tentou minimizar estes números com uma informação, com os nomes que apresentou a 30 de novembro mas eu vi aqui de facto, ficou preocupado quando os auditores apresentaram hoje este relatório com o nível de execução e depois quando diz aqui na última parte que é muito importante respeitar a execução orçamental neste semestre tal, que o município precisa urgentemente de tomar medidas para melhorar de serviço sem hipotecar o futuro.”-----

Disse o Senhor Presidente “claro, foi por aí que comecei a minha conversa e dei-lhes a explicação, matematicamente é fácil de resolver, temos é que deixar de fazer algumas coisas e esse deixar de fazer, às vezes são oportunidades que se perdem ou então, temos que assumir aumentos de tarifários e coisas do género, nós vamos tentando, estamos a tentar que tal não aconteça. É claro que aquilo que

os auditores dizem, nós sabemos, porque como digo nós fazemos contas todos os dias e, às vezes, duas vezes por dia, sabemos, gostaríamos que o panorama financeiro nesta matéria fosse diferente e seria diferente se nós deixássemos de fazer muitas coisas, por exemplo 60000€ foi só para a floresta, para limpeza de faixas, 60000€ que também não estaríamos à espera se tivesse sido aprovado aquele financiamento ao qual nós nos candidatamos, de cerca de 500000€, que andou do PRODER e saltou para o PDR 2020 e, nós andamos ali, fazemos, não fazemos, fazemos, não fazemos, até que chega uma altura, temos que fazer e fizemos, houve municípios que não fizeram, há municípios que estão multados neste momento por incumprimento nesta matéria, agora tudo isto tem um custo. Nós temos aqui e, digo isto com orgulho do facto de termos, se nos quisermos comparar com outros municípios, nós temos aqui uma despesa no nosso orçamento que muitos dos nossos municípios, a esmagadora maioria dos nossos municípios à nossa volta e, do nosso país, não tem que se chama Bombeiros Municipais e nós temos, com muito orgulho, porque sabemos que o caminho é este, mas se acharmos que há municípios bem perto de nós que gastam 100000€ com Bombeiros Municipais enquanto nós gastamos 600000€ o que é que não daria para fazer com esses 500000€, são questões de opções e que nós temos que lidar com elas. Se me perguntasse se eu gostaria que fosse outra forma, em matéria de Bombeiros, não, porque cada vez estou mais convencido que nós é que temos razão e a prova está aí agora, se tivéssemos essa folga como outros têm, se tivéssemos essa diferença como outros têm em relação por exemplo, aquilo que nós investimos na proteção civil e que outros não investem e, que além de não investirem, ainda são financiados por não investirem, que é mesmo assim, ou seja, porque não têm bombeiros municipais, ainda recebem dinheiro, veja que tínhamos aqui uma margem de 500000€ para fazer muita coisa, a nossa vida é assim e é com isto que nós temos de contar. Gostaríamos que fosse de outra forma, algumas matérias, agora, temos que ter essas contas todas em cima da mesa, todas e, temos que pôr a nossa manta toda espalhadinha em cima da nossa mesa e vermos, onde é que podemos, onde é que tiramos onde é que cortamos. Mas continuando, digam-me os senhores, não têm notado um decréscimo por exemplo naquilo que tem sido as nossas atividades, por exemplo fala-se na cultura, atividades culturais no fim de semana passado, tem um custo, tem, o cinema custa dinheiro, custa, só no fim de semana passado estiveram 392 pessoas nesta casa a ver cinema, 392 pessoas, 392 pessoas, com duas salas 392 pessoas nesta casa a ver cinema, algumas pessoas e não tão poucas como tudo isso, vieram de fora, algumas vieram mais cedo ou outras ficaram cá para jantar, outras fizeram uma enorme despesa, que eu vi, no Ca da Terra, ou seja

deram desenvolvimento econômico e nós vamos continuar a fazer isso. Por exemplo alguém consegue fazer um Festival Internacional de Música trazendo cem pessoas de todo o mundo ao Sardoal e isso tem um custo para o município de 8000€, e nós vamos continuar a fazer, com arte e engenho, vamos continuando a fazer aquilo que gostamos de fazer, aquilo que achamos que é importante, que gostamos, porque é importante para o nosso Município, através desta forma de fazer bem e barato. Qual é o custo acrescido que isto tem, tem um custo grande que são os quilômetros que eu faço para Lisboa, são muitos, e às vezes até digo olha nem que seja para se verem livres de mim, vamos lá dar isto ao Presidente só para ver se ele não chateia mais, nem que seja por exaustão nalguns aspetos. Como na escola, nós vamos conseguir, é verdade, eu gostava sinceramente, gostava de ver colegas meus, Presidentes de Câmara, com as Câmaras que eles têm, com os orçamentos que eles têm, serem Presidentes da Câmara de Sardoal um ano, gastam-se coisas mais incríveis em determinados municípios, isso é que eu fico triste, às vezes vejo gastos completamente inúteis em municípios, quando nós, para aquilo que é fundamental, que é importante, andamos a contar os euros e, os milhões de euros, por letra com m grande e outras com m pequeno, mas eu não sei ser assim, a sério, às vezes fico preocupado com isto. E fico preocupado quando nós fazemos o investimento nas pessoas em que pomos 43 precários pelas razões que eu já há pouco disse, e temos municípios muito maiores, do que nós que puseram 10 e pergunto, então mas só 10 pessoas, e dizem isso é muito dinheiro.-----

Nós apostamos nas pessoas e foi unanime, estamos todos de acordo, aprovamos este mapa, porque fazem falta ao município, não estamos aqui a fazer favores a ninguém, são pessoas que vêm para trabalhar, mas houve outros que preferiram contar os tostões de outra forma e puxar a manta para outro lado, agora isto vai ter um impacto de quase 200000€ no nosso orçamento, vai, vamos ter de fazer esta gestão toda, os anos todos, pronto agora alguns aposentados vão sair e sempre vai ser um alívio que nós vamos tendo.-----

Eu estou convicto que a nossa estratégia está a dar resultados e vai dar resultados, não é uma estratégia que dê resultados imediatos temos que ter muita paciência muita, muita paciência. Desempregados, às vezes fala-se no aumento de postos de trabalho, os nossos desempregados os números de desempregados, são completamente residuais nesta nos dias de hoje, não é trabalho da Câmara atenção, mas o número de desempregados é completamente residual por isso há coisas que podemos fazer e devemos fazer e é residual e, aqueles desempregados que existirem, se quiserem

trabalho amanhã vão ao meu gabinete que eu arranjo-lhes não há duvida nenhuma, é preciso é querer trabalhar.” -----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia ”este relatório diz várias coisas que nos preocupa e que, tem a ver com as transferências, que depende muito das transferências do estado com certeza, mas também diz, que não temos pagamentos em atraso e, qualquer dívida em atraso é a fornecedores e que a dívida e que o prazo de pagamento também ainda está alto, mas está reduzir, portanto, dentro desses condicionalismos todos, penso que não estamos de longe a piorar, estamos a tentar melhorar.”

Considerando a alínea d) do nro2, do artigo 77º, da Lei nro. 73/2013, de 03 de setembro e o disposto na alínea i) do nro. 2 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira semestral da Autarquia, remetida pelo auditor externo. -----

6. 6ª Revisão ao Orçamento/ 6ª Revisão às Grandes Opções do Plano (2018);

Tomou a palavra o Senhor Presidente, que referiu “estamos a falar da descabimentação de uma data de compromissos, que estavam assumidos e chega a esta altura do ano e se verifica que, afinal não foram comprometidos ou seja, lá está, são os documentos previsionais, há uma previsão de se gastar x em determinada área, e afinal não se gastou, há uma determinada área y, em que se previa gastar y e não se gastou, por isso agora é tudo descomprometido, não vale a pena estarmos com estas verbas, que nos vão fazer falta, algumas delas, migalhas, 2,5 milhões de euros, tem a ver também com a execução das obras e também com a previsão que nós tínhamos para obras de fundos comunitários que não se realizaram ainda e que se vão realizar no ano seguinte.” -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar a 6ª Revisão Orçamental, com dezassete (17) votos a favor.-----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

7. Adjudicação do Empréstimo MLP no valor até 654.000,00€;

Tomou a palavra o Senhor presidente, que referiu “foi feita a consulta às diferentes entidades bancarias, foi feita uma análise pelos serviços, a proposta é feita pela divisão administrativa e financeira

de aprovar de acordo com esta informação o valor de 654000€ de empréstimo para as obras de Santiago de Montalegre.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António, referindo “o Senhor Presidente da Câmara com certeza que iria ficar admirado se eu não dissesse nada sobre este ponto, mas tenho alguma coisa. Sou a pessoa que fico mais feliz com este ponto e juntamente com o Presidente da Junta, digo isto porquê, porque sinto-me feliz porque espero que este empréstimo de facto, venha a merecer a aprovação desta assembleia e que de facto, a sua aplicação, a aplicação dos valores em causa para o fim a que se destinam, seja realizado o tanto quanto mais breve possível, porque de facto, urge que aquele serviço seja feito. Claro que não serei o único a ficar feliz aqui na sala como já foi dito mas tendo atenção aos acontecimentos muito recentes levam-me a que me sinta particularmente satisfeito e isto porque era sabida a grande necessidade de investir no abastecimento de água e pavimentações na Freguesia Santiago Montalegre e, foi isso, que por aqui várias vezes fui defendendo, mas também era sabido e disse que tinha plena consciência e isso também, já mais de uma vez hoje aqui foi dito, que este município não podia fazer tudo uma vez, até porque existia outras prioridades, mas a seu tempo tínhamos a certeza que tudo iria ser resolvido, foi exatamente isso que fomos dizendo as pessoas, enquanto outros lançavam o descrédito e a confusão utilizando meios menos claros para criar instabilidade e desconfiança. Como já disse e volto a repetir, sempre dissemos que a seu tempo tudo iria ser resolvido já que era impossível fazer tudo uma vez, mas fizemo-lo na cara das pessoas, falamos com as pessoas cara a cara, dissemos o que tínhamos a dizer, sem rodeios e sem desvios. Para quem não quis acreditar nem soube ser paciente, deixo aqui o meu desafio para meditem se assim o entenderem, o quanto foram injustas certas pessoas com responsabilidades, principalmente para com a pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santiago Montalegre, que foi injustamente enxovalhado numa praça pública. Para quem tanto criticou e para os que deram ouvidos aos desestabilizadores camuflados, têm a resposta clara e inequívoca de que aquilo que se promete e que sempre defendemos e acreditamos e acreditávamos, vai finalmente ser realizado mas, tal como disse na semana passada, numa intervenção que fiz na assembleia de Freguesia de Santiago Montalegre, temos de ter alguma prudência porquanto as obras não forem uma realidade, ainda muita coisa pode acontecer embora eu pessoalmente acredito que todo o processo vai decorrer favoravelmente, mais uma vez peço desculpa pelo teor da minha intervenção, normalmente não falo assim, mas por imperativo de consciência tinha que dizer isto aqui, até porque não ficava bem comigo mesmo se não

dissesse e não ficar bem comigo mesmo, é uma coisa que muito dificilmente vou deixar que aconteça alguma vez.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente “sobre este assunto só queria dizer que fiquei um bocadinho triste que, por 15 minutos não terem aceite a proposta do Millennium BCP, que me diz alguma coisa, foi 37 minutos, mas de qualquer maneira o que me apraz dizer sobre isto é o seguinte, e não é tom de brincadeira, estou a falar sério, se eventualmente aquando das obras, sobram lá dois baldes de alcatrão que levem ali para os Valhascos, como fizeram aquando das obras de Valhascos que levaram para Santiago de Montalegre só dois, nós agradecemos.” -----

Intervio o Senhor deputado Aderito Garcia para referir “enquanto deputados, todos podemos fazer as intervenções que entendermos, da forma que entendemos, mas e dirigindo-me ao Senhor deputado Francisco António, por quem tenho enorme respeito, mas há alturas em que temos que perceber se estamos a ser conciliadores ou estamos a ser incendiadores nos outros. É só esta pequena reflexão, porque o assunto começa a ser demasiadamente abordado quando já está fechado por todos. Voltando ao assunto do empréstimo, Senhor Presidente, junto com a documentação deste tema, vinha uma estimativa de taxas Euribor, quando juntamos esses documentos convém juntar a fonte, porque senão pode ter sido ali algum operacional, assistente operacional que meteu os valores e alguém apanhou. É uma questão de ser mais rigoroso e mais objetivo, estou perfeitamente solidário com quem fez o trabalho e quem juntou esta informação, de facto, pensando que estava de facto a ajudar e, ajuda de facto, mas é só um pequeno pormenor, convém juntar a fonte porque isso é importante. Uma segunda nota que eu tenho sobre este tema, tem a ver com a informação que acompanha o dossier, eu sinceramente gostava de ter visto a informação da divisão técnica de obras ou divisão de obras, sinceramente eu não recordo agora o nome e, que de facto não acompanha este dossier o fundamento, a questão das obras não está de forma nenhuma em causa e, nem sequer o nosso sentido de voto, que alias vamos seguir exatamente aquilo que se passou na Câmara mas achamos que, e até é uma crítica construtiva, que neste tipo de assuntos que quando há obras envolvidas, que a divisão respetiva produza também uma informação, que justifique a necessidade de obras, neste caso o empréstimo, se não houver necessidade das obras, se calhar não há necessidade de empréstimo, portanto, ou seja, vamos fundamentar ou explicar as obras, por quem tem conhecimento e competência técnica acho eu, ou então achamos nós, para justificar e depois, a seguir, a parte financeira apresenta a melhor solução do ponto de vista financeiro e administrativo, porque eu tenho a certeza que ninguém

da divisão técnica de obras e, isto não quero personalizar, não quero sequer levar para esses termos, mas ninguém ia dizer que um buraco já não pode ser tapado com massa asfáltica, porque pode ser sempre tapado por massa asfáltica, são este tipo de preciosismos que não tem significado nenhum, mas acho que era importante estar complementado com esta informação, portanto, é uma sugestão, isto não coloca em causa nem o nosso sentido de voto, nem a importância das obras, é só uma forma de suportar melhor os assuntos.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo “eu não percebo nada de obras mas acho que neste aspeto percebemos os dois o mesmo, nós, na Câmara Municipal, tomamos decisões políticas, para já, um documento que nós nos propusemos com o qual nos propusemos a eleições e nós dissemos, nós se formos eleitos vamos fazer isto, porque sabemos que estas são as necessidades do nosso concelho e depois de eleitos queremos fazer, agora não passa pela cabeça pôr em causa e, nós dizemos aos nossos técnicos, aos nossos engenheiros, às pessoas que nos dão esse apoio, dizer nós queremos isto feito, não me atrevo, nem eu, nem nenhum dos vereadores, a dizer como é que queremos isto feito, agora eles têm de o fazer o melhor possível, são chefes de divisão alguns deles, são pessoas pagas para isso, são técnicos especializados que não me passa pela cabeça e, até prova em contrário, nunca farei, pôr em causa aquilo que é a competência deles, sinceramente eu não vejo qual é a vantagem ou fui eu que percebi mal, de saber o que é que trazemos, se é a rua a ou a b.” -----

Refere o Senhor deputado Aderito Garcia “ Não Senhor Presidente, a questão que se coloca aqui e por isso é que não queria personalizar de forma nenhuma as coisas, porque não é esse o objetivo, estou perfeitamente solidário com os funcionários da Câmara, a questão é, quando temos um chefe de divisão financeira e administrativa a prestar informações de cariz técnico de obras, quando aqui diz claramente não ser possível tapar buracos com massa asfáltica, quando nos sabemos que é sempre possível tapar buracos com massa asfáltica, agora, se é rentável, se faz sentido, se dura, se não dura, se custa mais ou menos, é outra questão, é para que, os serviços, cada um se resguarde naquela que é a sua função e os dois, ou os três ou os que forem, que se possam suportar a todos e à Câmara Municipal na decisão que vai ser tomada e, no final, a Assembleia Municipal, que vai deliberar, sim ou não.” -----

Interveio o Senhor Presidente dizendo “eu vou-lhe dizer como é que nós trabalhamos, para perceber, é assim, nós reunimos regularmente, os assuntos vem para cima da mesa os diferentes chefes de divisão e os diferentes técnicos dizem, isto tem que ser assim, desta ou daquela forma e depois, sai um

documento como este que está aqui. O chefe de divisão, o que fez, foi fruto daquilo que foi o entendimento dos técnicos especializados, agora se o Senhor acha que é melhor trazermos dois pareceres, um de um técnico outro de outro, não me parece que seja necessário, agora percebi o alcance da sua dúvida, mas fique descansado que todas estas decisões tiveram reuniões de muitas horas no meu gabinete, com todos os técnicos, todos os chefes de divisão, connosco antes de chegarmos ao projeto chegamos essas coisas todas que depois vão todas elas também ser validadas pelo tribunal de contas. Esta questão das condutas é aquilo que nós temos dito há muito tempo, provavelmente nós podíamos fazer isto, só pondo a massa asfáltica, sem substituição de condutas, mas sabemos, porque os técnicos me dizem, conforme disseram ao chefe de divisão em Lisboa, numa reunião, que nós ao estarmos a fazer isto pelos anos que essas condutas têm e, pelo trepidar e pelo histórico que elas apresentam de roturas, porque é não fazemos já, se calhar ficava a cento e poucos mil euros a obra, porque a mim pessoalmente custa muito andar e por estradas como por exemplo aqui bem perto, Mouriscas, ver que tem um pavimento novo ou Fontes, tem um pavimento novo, já está todo retalhado porque a seguir ao pavimento novo, tiveram que andar a substituir condutas. Porque é que não fica já o assunto resolvido por uma data de anos, só isso. Mas isso é um entendimento, nós reunimos todos e fazemos todos, essa discussão. Isto é um projeto, tecnicamente tem que estar correto, se não estiver, se houver algum problema, quem o propôs, quem o assinou será também responsabilizado por isso.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António referindo “em todos os anos que cá estive, nunca em consciência fui um elemento desestabilizador do que quer que seja, agora uma coisa eu nunca deixo passar, é as verdades, é para serem ditas nos locais próprios e o local próprio para se fazer um determinado número de coisas é exatamente aqui, porque eu quando eu falei que houve alguém que andou a desestabilizar eu não me referia aos Senhores deputados, porque não foi nenhum dos senhores deputados do Partido Socialista nem do Partido Social Democrata que fizeram distribuição mas alguém a fez. Eu quando venho aqui e digo alguma coisa, eu tenho bases suficientes e sólidas para poder provar onde quer que seja, aquilo que digo, portanto com todo o respeito que o Senhor merece, eu nunca fui nem quero ser, nem nunca serei, um elo de desestabilização nesta Assembleia, serei sempre assim um acérrimo defensor dos sardoalenses que nos elegeram e mais do que ninguém, serei um acérrimo defensor da Freguesia de Santiago Montalegre.” -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para referir “estamos a falar de Freguesia que tem 200 e poucos eleitores e que vai receber um investimento 654000 € e pergunto, não é isto que se deveria fazer com estas pequenas freguesias, se a gente olhasse matematicamente para isto e isto dá muito dinheiro por cada por cada eleitor, isto é que é diferenciar positivamente e isto é que é tentar repovoar aqueles sítios, se não fizermos, a Freguesia de Santiago de Montalegre vai acabar. Há uns tempos atrás discutiu-se a questão das freguesias, eu era a favor da União da Freguesia de Santiago Montalegre e Alcaravela, se não se fizer este investimento a freguesia morre, agora, isto devia ser replicado para muitas outras situações no país, isto devia ser replicado nesta dicotomia, entre interior e litoral, porque o investimento continua a ir todo para onde há mais pessoas, para onde há mais eleitores, para garantir ou não eleições, agora, chegar com 654000€ investi-los numa Freguesia que tem 200 e tal eleitores, há muitos políticos, muitos políticos alguns meus amigos, que vão dizer, vocês são mas é malucos, mas é preciso que se tenha a noção do que está aqui, isto é verdadeiramente diferenciação positiva. Peço desculpa por esta minha intervenção, mas de facto, acho que é o que está aqui a acontecer, a Freguesia de Santiago é uma Freguesia pela qual eu tenho enorme carinho porque andei lá na escola primária, a minha intenção nunca foi que ela desaparecesse mas a tentar ser racional sobre um assunto muito complexo.”-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo “parece-me que os portugueses de Santiago de Montalegre pagam os mesmos impostos que os portugueses de Cascais, ou há aqui alguma diferenciação, não me parece que haja, então se são portugueses para pagar os mesmos impostos não são para ter os mesmos direitos.” -----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a contratação de um empréstimo de MLP até ao montante de 654 mil euros, nas condições constantes da proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, para realização das obras mencionadas na informação nro. 5002/2018, com dezassete (17) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

8. Empréstimo a curto prazo – a contratar em 2019;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que “este empréstimo tem por objetivo podermos ter uma tesouraria diferente e de, quando falamos numa tesouraria que pretendemos que seja por exemplo numa altura em que, fundos comunitários, em que nós precisamos de fazer os pagamentos primeiro das faturas, para depois termos o reembolso, precisamos ter esta capacidade de tesouraria, para podermos, sem hipotecar tudo o que seja o trabalho normal do município, precisamos mesmo de ter este dinheiro para avançar para depois ser-nos então restituído o valor dos fundos comunitários.”-----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Banco Santander Totta, S.A., para contratação de um empréstimo a curto prazo para o ano de 2019, com dezassete (17) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

9. IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;

Considerando o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º e a alínea cc) do artigo 33º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar as taxas de 0.8% para prédios rústicos e 0.325% para prédios urbanos, bem como, a redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, que vigora no ano de 2018, aplicável ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar foi a prevista na tabela anterior, ou seja, 20€, 40€ e 70€ de acordo com o número de dependentes a cargo, 1, 2 e 3 ou mais respetivamente, com dezassete (17) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

10. TMDP – Taxa Municipal Direitos de Passagem no ano de 2019;

Interveio o Senhor Presidente da Câmara para dizer “os direitos de passagem, nós optamos sempre por não taxar porque sabemos que depois as entidades vão fazê-lo aos nossos municípios, na fatura, por isso e, não tem valor importante.” -----

Interveio o Senhor deputado Aderito Garcia, dizendo “ontem quando me estava a preparar para esta Assembleia tive o cuidado de ir confirmar como é que se passa noutros municípios, nomeadamente daquilo que eu consigo aferir, eu resido em Abrantes, tenho contrato de energia com a Endesa e tenho contrato de televisão e etc, com a NOS, estive a confirmar as minhas faturas e em nenhuma fatura vem lá qualquer linha sobre esta matéria. Com esta informação fui procurar no site da Câmara Municipal de Abrantes nas atas da Assembleia e, se não me falha a memória, em 24 novembro de 2017, a Assembleia Municipal de Abrantes aprovou cobrar esta taxa, ou seja a Câmara Municipal, a proposta que nos traz, apesar de não ser este o despacho, é para não se cobrar, aquilo que me parece é que, independentemente daquilo que estivemos a votar hoje, porque as coisas estão neste sentido, o desafio que eu queria deixar era, que fosse aferida melhor esta situação, porque parece-me que estamos a evitar de cobrar às empresas, quando a seguir no ponto seguinte, vamos votar a favor, cobrar aos municípios em sede de IRS. O segundo reparo que eu queria fazer, se calhar é mais um preciosismo, mas aquilo que nos diz a legislação é que a Câmara Municipal deve apresentar uma proposta à Assembleia Municipal e aquilo que vem nos despachos da Câmara Municipal é o que a Câmara Municipal deliberou e portanto pode ser só uma questão de léxico, palavras, mas mais um preciosismo, a forma como está escrita é caso para dizer, já podíamos ter ido embora, porque estes três assuntos já estão deliberados pela Câmara Municipal, já estão decididos, agora estes assuntos são matéria de deliberação da Assembleia Municipal, sabemos perfeitamente que não houve intenção nenhuma, mas pronto, é só para que haja mais algum cuidado, para que, porque efetivamente para memória futura, o que fica é o que está escrito e o que está escrito é o que a câmara municipal deliberou.”-----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara dizendo “tem de haver uma prévia deliberação, se quiser, uma deliberação da reunião de Câmara, o que é que nós queremos fazer em reunião de Câmara, queremos aprovar isto, então vamos a votação, sim senhora concordamos, a nossa deliberação está tomada e a nossa deliberação é, perante aquilo que nós aqui decidimos, vamos submeter à Assembleia Municipal, que essa sim tem a legitimidade de aprovar aquilo que nós deliberamos.”-----

Considerando a alínea ccc) do nro 1 do art. 33 da Lei nro 75/ 2013 de 12 de setembro e da alínea d) do nro 1 do artigo 25º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, não aplicar a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, para 2018, com dezassete (17) votos a favor. -----
Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

11. IRS – Participação Variável – 2019;

Considerando o artigo 26º da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2018, com dezassete (17) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

12. Derrama – a liquidar em 2019 referente ao ano económico 2018;

Considerando a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nro.4 do artigo 18º da Lei nro. 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar a taxa de derrama de 1,5% para empresas com volume de negócios superior a 150 000 euros e, não aplicar qualquer derrama para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de pequenas e médias empresas no concelho, com dezassete (17) votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Período de Intervenção do Público

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____